

Paradigmas, formação e fraude

CARLOS PIMENTA

PROFESSOR DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SÓCIO FUNDADOR DO OBSERVATÓRIO DE ECONOMIA E GESTÃO DE FRAUDE

PARADIGMAS

Não é preciso recorrer a Kuhn⁽¹⁾, e ao longo debate que a sua obra gerou, para sabermos que a economia é atravessada por diversos paradigmas, isto é, “conjuntos de princípios gerais de interpretação dos problemas a serem analisados e dos métodos adoptados que se manifestam como alternativas a outros, com os quais existem num mesmo período histórico”⁽²⁾. A economia (ciência, com o seu objecto e método) estuda a economia (a realidade “social” que selecciona para estudo), mas diferentemente conforme o paradigma.

Muitos podem ser os critérios de classificação dos paradigmas da economia. Evoquemos apenas o critério de classificação fundamental da ciência em que trabalhamos: pelo seu objecto. O que é que a economia estuda e quais são os métodos a ela associados que permitem que qualquer investigador partindo dos mesmos axiomas e dados chegue às mesmas conclusões? Com a certeza que os diferentes paradigmas resultantes desta classificação coexistem diacrónica e sincronicamente, podemos utilizar o vector temporal para uma explicação mais óbvia.

Desde os primórdios da economia, historicamente muito associada à Revolução Industrial forjada na Europa⁽³⁾, que se admitiu que ela é um certo olhar crítico sobre os aspectos da sociedade que podemos designar por “produção, troca, repartição e consumo”. O objecto da economia é construído a partir da observação da realidade social, independentemente da importância relativa atribuída a cada um dos seus elementos constitutivos (sociedade, como totalidade, indivíduo com as suas idiossincrasias, instituições como expressão das relações entre os homens). Podemos englobar num primeiro paradigma (O1) a produção, a troca e a repartição⁽⁴⁾.

Com o escrito de Robbins⁽⁵⁾ – utilizando o argumento da diversidade de objectos entre os economistas⁽⁶⁾, todos integrados em O1, mas dando importância relativa variada a cada uma das suas parcelas, diferenças menores –, o objecto da economia passa a ser definido pelo método utilizado. O que a identifica é a gestão dos recursos escassos com utilizações alternativas. O objecto da economia é a gestão da escassez (O2). Frequentemente se entendeu que essa gestão se aplicava à produção, troca e repartição, mas a partir do momento que se reconheceu que há vários factores escassos na vida humana, a começar pelo tempo, o objecto da escassez autonomizou-se.

A diversidade do comportamento humano, salientada por Hayek⁽⁷⁾ e outros, colocava, no entanto, problemas epistemológicos difíceis. O abandono do realismo de O1 dificultava tomar como referência a média ou o comportamento normal. Reconhecendo a diversidade dos comportamentos humanos, e tendo como preocupação o bem-estar (obedecendo ao óptimo de Pareto), O2 tendeu a evoluir para a gestão óptima da escassez. O objecto da economia passa a ser a escolha racional (O3). A normatividade (o que deve ser feito para que os modelos de optimização funcionem) sobrepõe-se à observação da realidade, mesmo que seja sob a capa do positivismo.

A economia é uma ciência, mas também é uma disciplina, isto é, as ciências, sendo construídas, utilizadas e ensinadas, são parte de uma densa malha de relações sociais, logo integram e reflectem a correlação de forças social. “À força da razão (ciências) contrapõe-se, ou associa-se, a força do poder (disciplinas). À força do poder associa-se, ou contrapõe-se, a força da razão”⁽⁸⁾. É o resultado desses dois vectores (epistemológico, razão, *versus* social, poder) que faz com que num dado momento histórico, cultural e institucional, um desses objectos (O1, O2 ou O3) da economia seja a corrente socialmente dominante, embora coexistindo com os restantes.

Perante a diversidade paradigmática, há duas possibilidades para as instituições de ensino da economia. A primeira, que assume a realidade e a razão, é adoptar um pluralismo teórico: apresentar de forma coerente e organizada os diferentes paradigmas e fornecer as ferramentas para os futuros economistas construírem as suas opções epistemológicas e sociais, *quicá* interparadigmáticas. A segunda, é assumir espontaneamente que o poder é razão e adoptar um monismo teórico: identificar o paradigma socialmente dominante como a única economia válida. É esta opção que predomina, o mainstream. A ortodoxia tende a ser ditadora.

RACIONALIDADE INSTRUMENTAL E FRAUDE

A postura dos economistas resulta da sua formação como cidadãos, da educação informal recebida e da sua concepção do mundo e da vida. A postura adoptada dependerá das funções profissionais que assumam, mas serão certamente fortemente influenciados pelo paradigma que lhe foi transmitido e que, eventualmente, assumem como sendo o caminho (epistemológico) único de fazer e praticar economia.

Se a economia como escolha racional operacionaliza a capacidade instrumental do economista, também lhe potencia um conjunto de procedimentos nefastos: a dificuldade de observar directamente a realidade, isto é, sem o filtro perturbador dos modelos “positivistas do dever ser”; a ausência de referência aos valores, particularmente aos morais; a subordinação à eficiência instrumental, isto é, potencialmente aos poderes constituídos. Frequentemente, o discurso é simbólico (por exemplo, “mercado” deixa de ser uma realidade

social para ser um símbolo de uma ordem idealmente concebida, um argumento acima de qualquer contestação).

Porque a racionalidade é instrumental e a sua dimensão axiológica é ignorada, pelo menos subestimada⁽⁹⁾, o cometimento de fraudes é sempre uma via possível desde que seja considerada racional e viabilize o fim a atingir. O acto é racional desde que maximize a relação benefício-custo. Assim é em todos os actos da vida humana, segundo esse paradigma que se tem alastrado pelas ciências sociais. Comportamento ético ou não, legal ou não, são opções a perfilar conforme corresponda, ou não, à maximização. Entre os benefícios estão as vantagens económico-financeiras e de poder e as eventuais reduções de custo de incumprimento da legislação existente. Entre os custos estão a possibilidade de ser descoberto⁽¹⁰⁾ e punido, a ameaça da sanção formal, as sanções informais (por exemplo, perda de reputação, redução da confiança, censura social), a violação das suas crenças morais e a possível alteração dos contextos envolventes.

No último artigo⁽¹¹⁾ colocava a questão: será que os paradigmas da economia predominantemente ensinados hoje, assentes exclusivamente no individualismo, na competitividade e na escolha racional visando a eficiência instrumental, é um factor impulsionador da adopção de comportamentos desviantes entre economistas? Alguns tópicos da resposta estão nas observações anteriores. ><

NOTAS

(1) Ver Thomas Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions*. Editado em Portugal pela Guerra e Paz.

(2) De Pimenta, Carlos; 2013. *Interdisciplinaridade nas Ciências Sociais (Manual)*. 1ª ed. V. Nova de Famalicão: Húmus, pág. 138.

(3) Uma ciência é um sistema organizado e coerente de hipóteses, conceitos, leis e teorias. Exige considerar que a sociedade é uma realidade autónoma com "leis naturais", como refere Quesnay. Antes desta fase há enunciados científicos, observações do conhecimento corrente e posturas filosóficas, mas não há a ciência.

(4) O consumo só é considerado parcialmente, podendo os seus aspectos relevantes estar englobados nas restantes esferas de actividade.

(5) Ver Lionel Robbins, *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*.

(6) Tomou como referência Stuart Mill, Cannan, Marshall, Pareto e Clark, fazendo a leitura de que estes autores consideram a economia como o estudo das causas do bem-estar material.

(7) A sua obra é vasta. Veja-se, por exemplo, 1937, "Economics and Knowledge.", *Economica - New Series* no. 4 (13):33-54. 33 e 1948. *Individualism and Economic Order*. Chicago: University of Chicago Press.

(8) Pimenta, 2013, *ob. cit.* pág. 80.

(9) Tal não significa que seja impossível a introdução de conceitos éticos. O "altruísmo" é um espaço de possível introdução da normatividade dos valores, assente num conjunto de princípios validados previamente por uma teoria da justiça. Mas a moral como prática efectiva, individual e social, está, à partida, excluída. Sen tem insistentemente mostrado que a teoria da escolha racional pode comportar a ética, mas não o faz. Veja-se, por exemplo, Amartya Sen, 2012, *Sobre Ética*, e Política Coimbra: Almedina.

(10) Vários estudos empíricos revelam que os defraudadores tendem a considerar que são suficientemente inteligentes para nunca serem descobertos.

(11) "Infracções, formação e cultura diferencial", *O Economista* 2015, pág. 159.